

## A DIMENSÃO LITERÁRIA DA CULTURA DA NOBREZA EM PORTUGAL NO SÉCULO XIII

por José Carlos Miranda \*

A génese das literaturas em línguas vulgares na Europa Ocidental deve entender-se como uma parcela de um processo histórico mais vasto que, na longa duração, integra as diversas etapas da decomposição da herança do império romano e a sua substituição por realidades civilizacionais em muitos aspectos radicalmente distintas<sup>1</sup>. A senhorialização extensa, a que se assiste, por vezes de uma forma tumultuosa, na sociedade europeia após o ano mil, constitui simultaneamente o corolário lógico dessa tendência para a fragmentação de um espaço outrora possuidor de uma notável homogeneidade económica, institucional e linguística, e também o elemento catalisador de novas etapas desse processo, que tende a acentuar o particularismo e as formas de vida regionais, as instituições locais e também os falares específicos de cada área e de cada grupo<sup>2</sup>.

Se, do ponto de vista da língua escrita, o latim mantém, e manterá ainda ao longo de séculos, a função de veículo organizador dos aspectos mais elaborados e mais consagrados do quotidiano da cada novo reino, ducado, condado, senhorio, ou como se vierem a designar as parcelas em que se atomizará esse grande espaço, tudo leva a crer que já desde a Alta Idade Média não era o latim o meio

---

\* Universidade do Porto.

<sup>1</sup> Cfr. PIRENNE, Henri – *Maomé e Carlos Magno*. Porto, 1992 (1.<sup>a</sup> ed. 1970).

<sup>2</sup> Cfr. FOSSIER, Robert – *Enfance de l'Europe. Xème-XIIème siècles. Aspects économiques et sociaux*. Paris, 1982; DUBY, Georges – *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa, 1982 (1.<sup>a</sup> ed. 1978).

através do qual se recriava o imaginário colectivo elaborado pelas novas sociedades em gestação, ou era-o de uma forma que se revelava cada vez mais contraditória<sup>3</sup>. De facto, se é verdade que sés episcopais, mosteiros, curias régias e mesmo cortes senhoriais só aos poucos abirão brechas no edifício latino que suportava as práticas literárias em que assentava o património simbólico que detinham, não é por acaso que a produção de obras literárias de natureza ficcional se revelou tão tímida antes da plena afirmação – ou seja, da imposição escrita – das línguas vulgares românicas ao longo do séc. XII<sup>4</sup>.

Sendo assim, torna-se necessário postular que a lenta criação desse novo imaginário específico, que ganha forma, permanência e carácter activo através da narração, do mito e de outras formas textuais, se processou por meio da efémera palavra oral, sendo a eficácia desta, no seio de uma cultura global assente na memória, bem maior do que é hoje em dia possível prever<sup>5</sup>. Só deste modo se compreende que os géneros literários que se vão impondo ao longo do séc. XII revelem uma impressionante quantidade de temas e de situações, bem como uma enorme riqueza significativa, que dificilmente se pode justificar apenas pela euforia cultural desse século, pese embora o aprofundamento qualitativo que a escrita e os seus códigos terão representado.

Por outro lado, acompanhando a tendência para a afirmação diversificada, para o localismo e o particularismo, nem todas as regiões fazem valer o seu falar próprio, nem todas as línguas surgem ao mesmo tempo e nem todas percorrem caminho idêntico, optando pelas mesmas formas literárias. Há uma eclosão desigual, na forma e no tempo, do imaginário no texto escrito, que é seguidamente complementada por fenómenos de intercomunicação e de intercâmbio entre várias regiões, resultando o perfil próprio de cada cultura da escolha operada pelos intervenientes em acção sobre um material que, no fundamental, se torna comum a todo o espaço europeu.

---

<sup>3</sup> Cfr. BANNIARD, Michel – *Génese Cultural da Europa. Séculos V-VIII*. Lisboa, 1995 (1ª ed. 1989).

<sup>4</sup> Cfr. CURTIUS, E. Robert – *Literatura europea y Edad Media Latina*, 2 voll. Mexico/Madrid/Buenos Aires, 1976 (1ª ed. 1948); BODELÓN, Serafín – *Literatura latina de la Edad Media en España*, Madrid, 1989. Tenha-se em atenção, todavia, que a eclosão das literaturas em línguas vulgares românicas, ao longo do séc. XII, é acompanhada por um inegável florescimento da literatura neolatina que, todavia, se orienta predominantemente para a retoma da tradição poética e retórica greco-romana, o que em parte justifica a designação "Renascimento do século XII" que veio a ser atribuída a este período.

<sup>5</sup> Cfr. LE GOFF, Jacques – *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa, 1980 (1ª ed. 1977).

É assim que — situando a nossa abordagem apenas nas modalidades textuais mais relevantes — a dimensão guerreira destas sociedades começa por ser retratada na forma de luta pela supremacia territorial em textos como a *Chanson de Roland*, vindo a acentuar a problemática das relações vassálicas em textos imediatamente posteriores, como os do *Ciclo de Guillaume* e, sobretudo, na chamada *Geste des barons révoltés* ou até no *Cantar de Mio Cid*. Se o reino de França parece ser o berço destes cantares, logo os vemos surgir também na Península, bem como no domínio germânico<sup>6</sup>.

O imaginário guerreiro é, compreensivelmente, aquele que de uma forma mais permanente aflora nos vários géneros, sobretudo quando, já no final do séc. XII, as atenções se voltam para o trajecto vital do cavaleiro individual, sendo certamente aqui que se torna mais notória a reelaboração de imagens, mitos e relatos cuja ascendência, remontando ao manancial narrativo céltico, se revela mais funda e complexa<sup>7</sup>. Neste caso, o ponto de irradiação é constituído pelas grandes cortes senhoriais do Norte de França e da Flandres, embora com prévia colaboração dos domínios da Coroa Inglesa e dos Duques da Normandia<sup>8</sup>.

Nem todo o imaginário guerreiro é, todavia, formado por temas e motivos de elaboração oral. O repertório da antiguidade é cuidadosamente recuperado e adaptado às expectativas de um público de elite exterior ao domínio do latim, como sucede ainda a partir da corte de Henrique IV e de Leonor de Aquitânia<sup>9</sup>. O mesmo ocorre com narrativas de menor fôlego, provenientes do mundo oriental e importadas, na maior parte dos casos, da cultura árabe e disseminadas um pouco por toda a Europa<sup>10</sup>. Nestas, porém, o contexto bélico tende a ser ofuscado por preocupações didácticas e sapienciais, sendo uma parte relevante dessa "sabedoria" a que visa prevenir contra a insídia

<sup>6</sup> Cfr. BEDIER, J. — *Les légendes épiques. Recherches sur la formation des chansons de geste*. 3<sup>a</sup> ed., 4 voll., Paris, 1927; RYCHNER, J. — *La chanson de geste. Essai sur l'art épique des jongleurs*, Genève, 1955.

<sup>7</sup> Cfr. LOOMIS, R. Sherman — *Celtic Myth and Arthurian Romance*, New York, 1927; MARX, Jean — *Nouvelles recherches sur la littérature arthurienne*, Paris, 1965.

<sup>8</sup> Cfr. BEZZOLA, R.-R. — *Les origines et la formation de la littérature courtoise en Occident*, 5 voll., Paris, 1958/63.

<sup>9</sup> Cfr. "Y A-T-IL UNE CIVILISATION DU MONDE PLANTAGENET?", *Actes du Colloque d'Histoire Médiévale, Fontevraud, 1984*", CAHIERS DE CIVILISATION MÉDIÉVALE, XXIX, 1-2(1986).

<sup>10</sup> Cfr. LOISELEUR-DESLONGCHAMPS, A. — *Essai sur les fables indiennes et sur leur introduction en Europe*, Paris, 1838; LACARRA, María Jesus — *Cuentística medieval en España: los orígenes*, Zaragoza, 1979.

feminina, já que o ponto de vista assumido é generalizadamente o masculino.

De facto, a partir do momento em que a sociedade da Europa Ocidental se senhorializa e as estruturas familiares passam a constituir a mais visível e estruturada rede de solidariedades e de poder, a problemática em torno da mulher só podia avolumar-se, de tal modo a aquisição desta, por parte do cavaleiro, se tornava um assunto central para o funcionamento do novo sistema bio-social. É assim que, nos relatos mítico-genealógicos, a mulher, transfigurada ou não, é parte imprescindível do enredo, ocupando na escrita romanesca, sobretudo no romance arturiano, um papel correlativo da actividade militar<sup>11</sup>. Mas é, sem dúvida, no canto trovadoresco que o tratamento da problemática feminina atinge um grau mais elevado de obsessão reificante, em relação com o facto de a linguagem e a ideologia deste género assumir declaradamente o ponto de vista de camadas subalternas da aristocracia guerreira<sup>12</sup>. Como é sabido, o canto trovadoresco irradia, a partir do Sul de França, em todas as direcções, tendo originado fenómenos de assimilação em línguas como a língua de oil, o médio-alto alemão, o galego-português e o sículo-toscano<sup>13</sup>.

Desde os finais do séc. XII que é possível começar a rastrear na Península Ibérica a presença de todos estes materiais temáticos e respectivos suportes textuais, embora a escolha das línguas que irão prevalecer – frequentemente para lá das fonteiras das regiões onde eram efectivamente falar quotidiano –, bem como o privilégio concedido a cada um, sejam manifestamente diferenciados nos vários pontos desta área geográfica e, em última análise, dependentes do dinamismo dos grupos sociais que os promoveram.

É assim que, se tomarmos o caso daquilo que era o reino de Portugal, facilmente se poderá verificar a presença, desde os inícios do séc. XIII, da extensa maioria dessas possibilidades temáticas e formais. Trabalhos recentes sobre o romanceiro tradicional vieram dar consistência, por exemplo, ao conhecimento entre nós do ciclo carolíngio<sup>14</sup>, cuja implantação deve necessariamente remontar a este período, até porque testemunhos epigráficos e trovadorescos

<sup>11</sup> Cfr. RUIZ DOMÉNEC, J. E. – *La mujer que mira (Crónicas de la cultura cortés)*, Barcelona, 1986.

<sup>12</sup> Cfr. KOEHLER, Erich – "Observations historiques et sociologiques sur la poésie des troubadours", *CAHIERS DE CIVILISATION MÉDIÉVALE*. VII (1964) pp. 27/51.

<sup>13</sup> Cfr. *LE RAYONNEMENT DES TROUBADOURS*, ed. Anton TOUBER, Amsterdam/Atlanta, 1998.

<sup>14</sup> Cfr. CORREIA, João David Pinto – *Os Romances Carolíngios da Tradição Oral Portuguesa*, 2 voll., Lisboa, 1993.

coetâneos o confirmam<sup>15</sup>. Mesmo a possibilidade de eclosão de uma épica específica neste território tem sido várias vezes equacionada, embora não sem alguma controvérsia em torno de saber se terá passado do estado de potencialidade<sup>16</sup>.

Por outro lado, as referências que é possível encontrar, sobretudo em âmbito trovadoresco, a textos que provêm ou fazem parte do património comum europeu, que atrás referimos – os *Cantos da Cornualha*, de Gonçal'Eanes de Vinhal<sup>17</sup>, ou o romance *Flores e Brancaflor*, a que alude Joan de Guilhade<sup>18</sup> –, são reveladoras da presença em ambiente português de estirpes bem diferenciadas da modalidade narrativa. A primeira destas alusões remete certamente para um dos filões que virão a compor a matéria de Bretanha, ou seja, as narrativas em torno de Tristão, enquanto a segunda aponta para o conto de origem oriental, profundamente aclimatado no espaço europeu ao longo do séc. XII. Aliás, ambos estes vectores podem ser ainda reforçados pelo que é conhecido sobre os modelos que terão estado na base da *Lenda de Gaia* do mais antigo dos livros de linhagens<sup>19</sup>.

Embora normalmente não contabilizada, para efeitos de abordagem literária, a escrita genealógica constitui um dos mais relevantes repositórios do imaginário específico das sociedades deste período, não surpreendendo que seja aí que se encontram algumas das mais arcaicas imagens que o constituem. Entre nós, embora só o *Livro*

<sup>15</sup> Referimo-nos à epigrafe, hoje perdida, que adornava, no mosteiro de Grijó, o túmulo de D. Rodrigo Sanches, morto na Lide de Gaia em 1245, onde este bastardo de D. Sancho I era comparado a Rolando; e ainda ao *cantar de mal dizer*, sob a forma de *gesta*, que Afonso Lopes de Baião dirigiu a Mem Rodrigues de Briteiros (B 1470/V 1080), onde é possível rastrear o conhecimento da *Chanson de Roland*.

<sup>16</sup> A posição mais optimista, a este respeito, foi enunciada por MATTOSO, José – "As Fontes do Nobiliário do Conde D. Pedro", in *A Nobreza Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1980, pp. 55/100, na sequência de opiniões anteriormente expressas em SARAIVA, António José – *A épica medieval Portuguesa*, Lisboa, 1979, ou CINTRA, L. F. Lindley – *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. 1 (Introdução), Lisboa, 1951. Um sumário de opiniões menos entusiastas pode ler-se em PICOITO, Pedro – "Espaço e Poder na Épica Medieval Portuguesa", in ACTAS do 2º CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES, Vol. 5, Guimarães, 1996, pp. 21/22.

<sup>17</sup> Cfr. "Maestre, todolus vossos cantares" (V 1007).

<sup>18</sup> Cfr. "Per bõa fe, meu amigo" (B 755/V358). Para o texto deste trovador, bem como para o do anterior, coloca-se todavia um problema de indefinição geográfica e cronológica, já que sendo ambos portugueses e tendo começado a respectiva actividade poética e musical claramente na primeira metade do séc. XIII, virão provavelmente a prolongá-la bem para lá de 1250 e com longos períodos de permanência em terras castelhanas.

<sup>19</sup> Cfr. FOULCHÉ-DELBOSC, R./KRAPPE, A. H. – "La legende du roi Ramire". REVUE HISPANIQUE. (1930) e ainda a comunicação apresentada a estas Jornadas por Maria do Rosário Ferreira.

*Velho de Linhagens* se situe no âmbito cronológico que definimos, é de crer que os materiais narrativos que integram os livros de linhagens posteriores, sobretudo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, remontem ao séc. XIII e em muitos casos até a épocas anteriores, pese embora o estado incerto e fragmentário que apresentam na maior parte dos casos. Alguns conhecidos relatos de fundação de linhagens, por exemplo, integram-se de um modo flagrante nos modelos mítico-narrativos que é possível encontrar noutros pontos da Europa<sup>20</sup>.

Aliás, reponderando os estudos do prof. José Mattoso sobre as fontes dos livros de linhagens, é visível que tradições genealógicas, épicas, anedóticas e outras de carácter local e privado não terão faltado<sup>21</sup>. O que faltou terá sido a motivação para transformar em textos autónomos e escritos todo esse material, o que por si só não pode deixar de ser de algum modo significativo.

Na realidade, se atentarmos no modo como surge a literatura escrita em galego-português, e como irá manter-se até bem entrada a segunda metade do séc. XIII, é forçoso concluir que, entre uma razoável gama de possibilidades temáticas e textuais, os meios culturalmente activos no reino de Portugal optaram por privilegiar o canto trovadoresco em detrimento de tudo o resto, mantendo essa situação pelo menos ao longo de algumas décadas.

Trata-se, assim, de um escolha cultural, da opção por um caminho em detrimento de outros possíveis, situação que não deixa de comportar algo de surpreendente. É que, tanto quanto é possível averiguar de um modo seguro, o canto trovadoresco em galego-português terá surgido da iniciativa de um grupo de exilados portugueses e de personagens que dominavam o galego-português, cronologicamente situado nos últimos anos do séc. XII e geograficamente entre o Nordeste peninsular e as rotas francesas a este ligadas<sup>22</sup>.

O trânsito do legado desta primeira geração para o Ocidente peninsular ter-se-á processado por vias estreitas e não antes da segunda década do séc. XIII, de tal modo que uma personalidade,

<sup>20</sup> Cfr. KRUS, Luís – "A Morte das Fadas: A Lenda Genealógica da Dama do Pé de Cabra", *LER HISTÓRIA*, 6 (1985), pp. 3/34. Para uma abordagem global destas formas narrativas medievais, veja-se GALLAIS, Pierre – *La Fée à la Fontaine et à l'Arbre*. Amsterdam, 1992.

<sup>21</sup> Para uma panorâmica global destes materiais, veja-se o opúsculo *NARRATIVAS DOS LIVROS DE LINHAGENS*, ed. José Mattoso. Lisboa, 1983.

<sup>22</sup> Cfr. OLIVEIRA, A. Resende – "Le surgissement de la culture troubadoursque dans l'occident de la Péninsule Ibérique. Compositeurs et cours", in *LE RAYONNEMENT DES TROUBADOURS*, Amsterdam, 1998, pp.85/96; MIRANDA, José Carlos – "João Soares de Paiva. Perfil Histórico do Primeiro Trovador em Galego-Português", in *ACTAS do 2º CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES*, Vol. 5, Guimarães, 1996, pp. 5/16.

como Garcia Mendes de Eixo, pertencente a uma linhagem que tanto peso irá ter na futura aclimação do canto trovadoresco em Portugal, utilizará não ainda o galego-português mas sim o occitânico, no seu único ensaio poético, executado, por volta de 1215, durante o seu exílio na corte leonesa. Esta circunstância revela, a nosso ver, que o galego-português como língua poética estaria ainda confinado a geografias extremamente reduzidas e com impacto limitado<sup>23</sup>.

Dos nomes conhecidos, apenas Osoir'Eanes Marinho nos surge com francas possibilidades de ter sido o agente da comunicação literária entre a primeira geração no exílio e o solo galego e português, já que é conhecida a sua estada em França por esta altura. Todavia, logo nos arredores dos anos de 1220, é flagrante o surgimento de vários trovadores e núcleos de trovadores neste restrito âmbito geográfico, num florescimento que é indiciador de uma eufórica adesão às formas literárias e musicais, ao espírito e ao significado profundo do canto trovadoresco<sup>24</sup>.

Esta situação irá manter-se até perto de 1240, altura a partir da qual a simultânea crise política e guerra civil em Portugal, conjugada com a afirmação do poderoso mecenato do futuro rei Afonso, o Sábio, em Castela, levará grande parte do trovadores activos na Galiza e em Portugal a mudarem de ares para Castela, onde se virá a afirmar o mais importante centro trovadoresco em galego-português de que há registo.

Ou seja, se atentarmos nos acontecimentos tal como parecem ter-se desenrolado, no reino de Portugal durante a primeira metade do séc. XIII, assiste-se a uma clara escolha, por parte dos agentes culturalmente activos, do canto trovadoresco em detrimento de outras modalidades expressivas, que surpreende pelo exclusivismo que adquiriu. Nem mesmo é possível argumentar que o culto da poesia já teria por cá raízes, como foi insistentemente afirmado ao longo de décadas, porque, mesmo que tal tivesse sucedido, a hipotética actividade proto-trovadoresca, dada a completa ausência de vestígios que a documentem, não teria forçosamente um estatuto e um peso diferente do que teria a actividade proto-literária noutras modalidades textuais.

É verdade que a percepção que temos hoje em dia destes factos está grandemente condicionada pelas vicissitudes das transmissões manuscritas, sendo certo que, por vezes, o achado de um

---

<sup>23</sup> Cfr. MIRANDA, José Carlos – "Le surgissement de la culture troubadoursque dans l'occident de la Péninsule Ibérique. Les genres, les thèmes et les formes", in *LE RAYONNEMENT DES TROUBADOURS...* pp. 97/105.

<sup>24</sup> Cfr. OLIVEIRA, António Resende/MIRANDA, José Carlos – "A segunda geração de trovadores galego-portugueses: temas, formas e realidades", in *Dois Estudos Trovadorescos*. Porto, 1993, pp. 25/49.

único manuscrito ou fragmento pode facilmente alterar o panorama de conjunto. Mas, pese embora o que há de fortuito neste domínio, o conhecimento da poesia galego-portuguesa deve-se, acima de tudo, ao facto de ter sido registada por escrito na época em que foi elaborada e em termos tais que possibilitaram uma resistência notável à passagem dos tempos, o que por si é franco índice da importância que adquiriu não apenas na época, mas também perante a posteridade, vindo a suscitar, até ao séc.XVI, testemunhos variados que não é possível encontrar relativamente a outro tipo de textos<sup>25</sup>.

A que se deve tão unilateral e persistente presença de um filão literário no seio de uma cultura tão marginal, apesar de tudo, no contexto europeu? A resposta parece ser óbvia: os meios culturalmente mais activos em solo português confinavam-se, sem dúvida, à nobreza senhorial, sendo o canto trovadoresco, pelo modo como se apresentava, pelo seu espírito e pela construção imagética e ideológica que veiculava, o género mais adequado ao enriquecimento da cultura específica deste grupo social.

Poderá argumentar-se que a maioria dos temas e modalidades presentes na literatura europeia deste período, sobretudo as de maior impacto, possuem um carácter de algum modo aristocrático. Todavia, há diferenças que convém registar. Se tomarmos como exemplo o que sucede, neste campo, no vizinho reino de Castela, tudo isto se tornará porventura mais flagrante. Em cronologias muito próximas da que referimos para a imposição do canto trovadoresco entre nós, assiste-se à circulação e desenvolvimento da matéria épica, que culminará com a redacção do *Cantar de Mio Cid*, à qual se seguirão outros textos que, não atingindo o impacto da épica francesa, marcam uma clara opção por essa temática por parte dos meios culturalmente activos no centro da Península<sup>26</sup>.

Logo de seguida, denotando uma consciência notável do valor específico da escrita e dos meios adequados à sua eficácia, temos o "mester de clerecia", extraordinário movimento de normalização textual que constitui, a nosso ver, a grande especificidade da cultura castelhana deste período. Este "mester" não apenas promoverá textos

<sup>25</sup> Os trabalhos de MICHAËLIS, Carolina – *Cancioneiro da Ajuda*, 1º vol. Halle, 1903. e, especialmente, de OLIVEIRA, António Resende – *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa, 1994, fornecem-nos um bom painel sobre o que terá sido a tradição manuscrita desta manifestação literária e musical. Veja-se ainda TAVANI, Giuseppe – *Poesia del Duecento nella Penisola Iberica*, Roma, 1969. pp. 77/179.

<sup>26</sup> Cfr. ALVAR, Carlos/ALVAR, Manuel – *Épica medieval española*, Madrid, 1991.



de natureza hagiográfica, com Gonçalo de Berceo, mas virá a constituir modelo formal para o prosseguimento e aprofundamento da opção épica – com o *Poema de Fernán Gonzalez* –, bem como da recuperação da matéria antiga de tipo épico-romanesco, com o *Libro de Alixandre* e o *Libro de Apolónio*<sup>27</sup>.

Note-se que, à semelhança do que dissemos para o caso português, também é possível inventariar castelhanos, e até possivelmente textos em castelhano, no ambiente trovadoresco dos finais do séc. XII e inícios do séc. XIII<sup>28</sup>. Mas visivelmente a cultura trovadoresca não suscitou interesse nos meios que patrocinavam a produção textual em castelhano, o qual se limitou a acolher e a apoiar trovadores e jograis galegos e portugueses, tendo adoptado os modelos galego-portugueses todos aqueles que, oriundos de outras partes da Península, se inscreviam nesta modalidade de expressão cultural. Só no século XIV se assistirá à definitiva intromissão do castelhano neste domínio literário.

É visível que estas opções configuram a presença de um público sensível à problemática guerreira e sobretudo à luta pelo espaço, não fosse o *Mio Cid* também um "canto de exílio". Aliás, a épica, sobretudo a primitiva, situa-se frequentemente nesta problemática, colocando os campos adversos, de cuja oposição de interesses se tecem os enredos, em espaços amplos e bem delimitados, produzindo um imaginário marcado pela noção de grupo em relação com o espaço e a fronteira. Com os dois últimos livros referidos – *Libro de Alixandre* e o *Libro de Apolónio* – acentua-se também o pendor moralizador da escrita. Seja como for, trata-se de uma literatura que apela a um público não especificamente aristocrático. Note-se que mesmo a função guerreira, antes de ser da aristocracia, é específica do próprio rei e de quantos compõem o seu círculo de poder<sup>29</sup>.

Ou seja: o contraste com o que sucede em Portugal não podia ser mais flagrante. E mais flagrante se torna ainda se atentarmos em algumas das mais salientes particularidades que assume o canto trovadoresco em galego-português na primeira metade do séc XIII que o individualizam muito nitidamente no contexto dos florescimentos trovadorescos europeus.

Será necessário começar por referir que tem tido relativo êxito a tarefa de apurar o "quem é quem" neste contexto, até porque os

<sup>27</sup> Cfr. SALVADOR MIGUEL, Nicasio – "El mester de clerecia". in HISTORIA DE LA LITERATURA ESPAÑOLA, I, LA EDAD MEDIA, Madrid, 1980, pp. 389/460.

<sup>28</sup> Cfr. OLIVEIRA – *Le surgissement...*

<sup>29</sup> Cfr. FLORI, Jean – *L'ideologie du glaive, préhistoire de la chevalerie*, Paris, 1983.

trovadores tiveram o cuidado de deixar registado cuidadosamente o nome de quem compunha, algumas vezes de quem patrocinava e muitas outras a quem se mostravam desafectos. É flagrante que muitos textos assumem, antes de mais, um carácter que usaríamos designar como heráldico, já que constituem, acima de tudo, signos de prestígio no seio de uma forma de expressão apropriada pelo conjunto do grupo nobre.

Assim, foi já possível identificar não só as principais linhagens envolvidas neste processo, mas também a respectiva implantação geográfica, não podendo o quadro ser mais revelador. Mais detalhado para o reino de Portugal, devido a uma melhor exploração da documentação, mostra-nos todavia uma participação paritária da Galiza, constituindo a intercomunicação entre estes dois espaços uma rede tão intensa que não é possível sequer haver de cada um uma percepção individualizada.

Enquanto a principal linhagem, como dissemos atrás, com responsabilidades trovadorescas a Sul do rio Minho, parece ser a dos Sousas, mas à qual haverá que juntar a dos Soverosas e seguidamente um amplo núcleo situado entre os rios Lima e Minho, na Galiza é possível indentificar os Trastâmaras, para uma fase que se situará a partir dos anos trinta, havendo a possibilidade de a família de Toronho, até pela sua posição estratégica, ter assumido um papel de relevo numa fase inicial<sup>30</sup>.

A linguagem que se impõe é essencialmente ritualizada, explorando os motivos da vassalagem amorosa, da solicitação da mulher ou da encenação do seu comportamento, em termos tais que parecem adequar-se de um modo flagrante à situação da maioria dos intérpretes, que são homens dos estratos inferiores do grupo nobre, vivendo numa situação de vassalagem relativamente às famílias que suportam essa actividade poética e musical<sup>31</sup>.

Aliás, nas composições cuja dimensão é mais objectiva e referencial, é possível perceber toda a dimensão das tensões e contradições vividas nesse meio: a obsessão pela procura da mulher nobre, a situação de resguardo em que esta era mantida pela estrutura linhagística; as políticas matrimoniais; a perturbação desta ordem social pelo rapto da mulher – e tantos outros motivos que, sob o pano de fundo de uma sociedade violenta e guerreira, fornece para a posteridade a imagem segundo a qual o que realmente constituía questão premente, a ponto de motivar o canto, era a problemática

<sup>30</sup> Cfr. OLIVEIRA, A Resende – *Trovadores e Xogrades. Contexto Histórico*, Vigo, 1995.

<sup>31</sup> Cfr. Cf. OLIVEIRA/MIRANDA – "A segunda geração...".

interna e familiar da nobreza, bem como o modo como os seus membros nela se inseriam, e não a presença de qualquer inimigo externo<sup>32</sup>...

Os índices de fechamento aristocrático são ainda visíveis por meio de outras temáticas. Refira-se em primeiro lugar o modo acerado como são criticados comportamentos que representem intromissão de tudo o que é vilão neste contexto; e, na mesma linha, o tratamento escarninho a que são sistematicamente submetidos os jograis, primeiro, como meros cantores ou instrumentistas, e depois, já perto de meados do século, na tentativa, que acabaram por realizar com sucesso, de se transformarem eles mesmos em trovadores.

Repare-se, todavia, que é essencialmente na corte que rodeia Afonso, o Sábio, enquanto infante e depois como rei – ou seja, em ambiente castelhano – que os jograis vão afirmar plenamente a sua presença, vindo muitos deles a perder a designação específica de "jogral" ou "segrel" que normalmente os acompanhava. Do lado português, na segunda metade do séc. XIII, o processo parece ter sido mais lento, permanecendo mais visíveis as marcas distintivas do modo como cavaleiros e elementos não nobres comparecem no concerto trovadoresco<sup>33</sup>.

Isto significa, por outro lado, que é tarefa ilusória tentar definir uma presença especificamente jogralesca no seio do trovadorismo galego-português, sobretudo nas primeiras gerações. Quando os jograis participavam no jogo faziam-no segundo as regras que eram de todos, nem que para isso tivessem que proceder a uma despersonalização cultural<sup>34</sup>. Com efeito, embora a presença de jograis fosse contínua em todos os espaços que integravam a Ibéria cristã<sup>35</sup>, é talvez na área galego-portuguesa onde simultaneamente se encontram mais jograis e um contributo específico próprio menos

---

<sup>32</sup> Cfr. OLIVEIRA, A. Resende – "Afinidades regionais. A casa e o mundo na canção trovadoresca portuguesa", VIA LATINA, 1989/90.

<sup>33</sup> Reveladora deste facto é a extrema dificuldade em circunscrever indivíduos não-nobres que tivessem assumido a condição de compositores no âmbito das cortes de D. Afonso III e D. Dinis, em contraste com o que ocorria paralelamente na corte castelhana onde, à falta de outra documentação, as marcas intratextuais fornecem indicações de razoável precisão. Trata-se, todavia, de um assunto que carece de estudo aprofundado.

<sup>34</sup> Cfr. MIRANDA, José Carlos – *Calheiros, Sandim e Bonaval: uma rapsódia «de amigo»*, Porto, 1994.

<sup>35</sup> Cfr. MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Poesia juglaresca y juglares*, Madrid, 1942; UBIETO ARTETA, Antonio – "Poesia navarro-aragonesa primitiva", ESTUDIOS DE EDAD MEDIA DE LA CORONA DE ARAGÓN, VIII, 1967, pp. 9-36.

evidente, de tal modo se tornou dominante o carácter impositivo das modalidades de comportamento e de expressão aristocráticas.

A segunda metade do séc. XIII é marcada, em Portugal, pela situação política, social e cultural decorrente da crise de meados do século e pelo surgimento de uma corte régia forte, com capacidade aglutinadora face à nobreza e portadora das marcas culturais de um rei que permanecera dezassete anos em França. Se a continuidade trovadoresca parece assegurada, não são já tão visíveis os indícios que revelem a existência de círculos senhoriais autónomos. As composições com dimensão referencial apontam, doravante, essencialmente para a própria corte régia ou para meios e situações que lhe são próximos. É claro que a verdadeira herança das primeiras gerações se situa agora no centro da Península e não já no noroeste, facto que nem a personalidade de D. Dinis virá alterar significativamente. Nessa altura, aliás, o trovadorismo em Portugal estará já confinado ao rei, a alguns cortesãos e a um punhado de jograis circundantes.

Quando avaliamos o que se escreveu neste período usando o galego-português e que foi consumido no reino de Portugal, o que se torna mais saliente é, na nossa opinião, a literatura arturiana, perante a qual outros textos de outros géneros assumirão sempre um papel secundário, com excepção, talvez, da literatura genealógica, sobretudo pelos desenvolvimentos que esta virá a ter no séc. XIV. As razões que têm levado a uma incorreta avaliação do peso e da importância desta literatura prendem-se com o estado lamentável dos testemunhos, mas também com uma insuficiente investigação e divulgação, já que, apesar de tudo, o que existe é seguro e eloquente.

De facto, terá sido durante o reinado de D. Afonso III que se traduziu um *corpus* de vários imponentes volumes, que constituía um todo ficcional representando a história do mundo sob a perspectiva cavaleiresca. Com o rei Artur no centro, a ancestral cavalaria dos tempos de Cristo e o mago-profeta Merlin a montante e as imponentes figuras de Lancelot, a rainha Genevra e Galaaaz, a jusante, o público potencial desta literatura passaria a dispor não apenas de fragmentos ritualizados de uma atitude social cortês, tendo a problemática feminina como obsessão, como sucedia com o canto trovadoresco, mas do aprofundamento dessa mesma problemática num sistema representativo mais vasto, onde se encontravam não só diferentes formas de conceber a cavalaria, mas também o enquadramento ideal desta num poderoso sistema genealógico, legitimador da sua função guerreira e das suas aspirações terrenas e espirituais<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Cfr. MIRANDA, José Carlos – "Como o rei Artur e os Cavaleiros da sua Corte Demandaram o Reino de Portugal", COLÓQUIO-LETRAS. 142 (1996), pp.

Mais ainda, no romance arturiano em prosa, com a configuração que possuiu em Portugal, com uma busca do Graal próxima no espírito da que terá sido redigida para concluir o *Ciclo do Lancelot*, era possível avaliar ainda a problemática da cavalaria nobre face à realeza e presenciar os resultados incertos desse confronto de supremacias. Com uma sábia combinação entre situações míticas e espírito feudo-vassálico, estamos em crer que estes romances não terão deixado de fermentar o imaginário das gerações do final do século, que a eles tiveram acesso, sendo inegável a influência que vieram a ter também do ponto de vista da escrita em galego-português e da sua aquisição de maturidade.

É claro que tal manancial literário só terá verdadeiramente sido incorporado na cultura dos grupos sociais interessados a partir do momento em que foi traduzido. Sabemos quem foi o tradutor de alguns desses textos – um homem pertencente a uma das linhagens próximas do rei Afonso III, enquanto era ainda Conde de Bolonha<sup>37</sup> –; possuímos pelo menos um fragmento em galego-português destes romances, que pode remontar ainda ao séc. XIII, há poucos anos encontrado na Biblioteca da Catalunha<sup>38</sup>; e são vários os testemunhos exteriores, uma vez mais trovadorescos, que documentam a recepção destes textos nos finais do séc. XIII em meios portugueses<sup>39</sup>.

A extensa maioria destes testemunhos remete para o ambiente da corte régia, confirmando que o fenómeno de concentração cultural neste meio, que se detectara na evolução da cultura trovadoresca, se prolonga enriquecendo-se com a adopção deste novo filão narrativo e ficcional. Numa altura em que as maiores linhagens portuguesas se encontram enfraquecidas ou em vias de extinção, enquanto uma nobreza dependente do favor do monarca se começa a impor, tal fenómeno de supremacia cultural da corte régia, dando sequência, contudo, a modelos literários nitidamente aristocráticos, não deixa de ter pleno cabimento, ao mesmo tempo que a unidade cultural com a

---

83/102: IDEM – «*Conto de Perom, o Melhor Cavaleiro do Mundo*». *Texto e comentário de uma narrativa do «Livro de José de Arimateia», versão portuguesa da «Estoire del Saint Graal»*. 2ª ed.. Porto, 1998.

<sup>37</sup> Cfr. CASTRO, Ivo – "Sobre a Data da Introdução na Península Ibérica do Ciclo Arturiano da Post-Vulgata". *BOLETIM DE FILOLOGIA*, XXVIII.1 (1983), pp. 81/98; VENTURA, Leontina – *A Nobreza da Corte de D. Afonso III*, vol. II, Coimbra, 1992, pp. 732/736.

<sup>38</sup> "La version galaico-portugaise de la «Suite du Merlin»", ed. Amadeu-J. Soberanas, *VOX ROMANICA*, 38 (1979), pp. 174/193

<sup>39</sup> Cfr. SHARRER, Harvey – "La matéria de Bretanha en la poesía gallego-portuguesa", in *ACTAS DEL I CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN HISPÁNICA DE LITERATURA MEDIEVAL*, Barcelona, 1988, pp. 561/570

Galiza, típica da fase anterior, parece agora, cada vez mais, posta em causa.

Lembremos que, enquanto isto ocorre no reino de Portugal, do lado castelhano a actividade terá sido intensa, mas balizada uma vez mais por outros critérios. O que se tornou mais saliente na produção literária alfonsina foi exactamente o esforço historiográfico que, não por acaso, retomou processos de escrita e até abundantes textos de natureza épica<sup>40</sup>. A restante produção literária alfonsina, conquanto extensa e variada, é mais reveladora de uma busca enciclopédica do saber, típica de uma corte cosmopolita<sup>41</sup>, do que da pressão de qualquer grupo social específico. A assimilação de um manancial romanesco, centrado na problemática da cavalaria e da nobreza, só ocorrerá no século seguinte<sup>42</sup>, quando também no reino de Portugal surgirá tardiamente uma historiografia de raiz alfonsina.

Repete-se assim, na segunda metade do séc. XIII, a diferença de opções culturais visível entre os dois reinos na primeira metade desse século, fazendo-se sentir do lado português uma maior pressão de um público aristocrático, fechado sobre as suas perplexidades internas, e do lado castelhano um público mais diversificado que se reúne em torno de uma monarquia com capacidade arbitral e força para impor as suas próprias regras.

No tocante ao reino de Portugal, faltará apenas chamar à colação o peso que a escrita genealógica assumirá na primeira metade do séc. XIV, acto final de um extenso auto-inquérito da nobreza sobre ela mesma, para chegar à necessária conclusão de que as manifestações literárias que se vão impondo no reino de Portugal desde os inícios do séc. XIII se inscrevem todas elas num mesmo sentido, ou seja, correspondem aos desejos e às necessidades do imaginário da nobreza implantada neste território. A inexistência ou pouca dimensão que revelam outras manifestações literárias neste mesmo espaço geográfico, político e linguístico encontra a sua explicação última na

---

<sup>40</sup> Cfr. MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *La Epopeya Castellana a través de la literatura española*. Buenos Aires. 1946; IDEM – *Reliquias de la poesia épica española*. Madrid. 1951.

<sup>41</sup> Cfr. MÁRQUEZ-VILLANUEVA, Francisco – *El concepto cultural alfonsí*. Madrid. 1994.

<sup>42</sup> Referimo-nos à redacção de *El Caballero Çifar*. Quanto a *La Gran Conquista de Ultramar*, que pode já inscrever-se em alguma medida na escrita romanesca, tendo sido recentemente reconduzida a ambiente alfonsino, a sua redacção terá ficado a dever-se à necessidade de utilizá-la como texto político ao serviço das pretensões imperiais do rei Afonso, o Sábio, e não à existência de um público específico para este tipo de texto. Sobre o assunto, veja-se RODRÍGUEZ VELASCO, Jesús D. – "La tradición y la composición de *La Gran Conquista de Ultramar*". *ROMANCE PHILOLOGY*, 50.3 (1997), pp. 328/344.

ausência de dinamismo cultural, por parte de outros grupos sociais – sobretudo os que se deveriam situar em torno dos muros das cidades –, e na escassez de expectativas dos respectivos públicos.

